

## Coluna do Castello

### Quando já não adianta mudar

**O**s índices da inflação em junho e julho, este ainda por definir mas seguramente mais elevado do que os anteriores, aparentemente colheram de surpresa o governo e terão deixado o presidente em estado de perplexidade. Havia, afinal, a expectativa



de que o ministro Maílson da Nóbrega, que recompusera o governo com a ortodoxia econômica, alcançaria com o seu feijão com arroz uma estabilidade relativa com a qual daria respaldo à sua negociação externa e tranquilidade interna para que o sr. José Sarney cumprisse a etapa final do seu mandato num clima mais favorável do que aquele em que trabalha desde o malogro do Plano Cruzado.

Não pensa o presidente, segundo se depreende da conversa dos que lhe são próximos, em fazer novas substituições no comando da política econômico-financeira, e ainda alimenta a esperança de que os ministros da Fazenda e do Planejamento obtenham resultados que pareçam fluir da sua modesta mas aparentemente objetiva gestão financeira. Afinal, em matéria de experiências o presidente terá esgotado suas virtualidades. Iniciando o governo com a equipe organizada na Fazenda e no Banco Central pelo falecido Tancredo Neves, assessorou-se pessoalmente o presidente com o economista Luiz Rosemberg, que terminaria por desaparecer do Palácio do Planalto onde teve uma presença inicialmente muito vistosa.

Durou pouco sua submissão à tutela tancredista, mesmo porque a inflação não parecia domar-se nem a equipe satisfazia às aspirações da Nova República expressas pelos economistas do PMDB. Somente Tancredo Neves poderia ter marchado bem com o sr. Francisco Dornelles e sua equipe do Banco Central, pois presumia-se ele mesmo conhecedor das intimidades do processo econômico-financeiro e em condições de conduzir seguramente o barco, condições psicológicas estranhas ao seu sucessor. Sutilmente emergia na confiança e nas esperanças da assessoria pessoal do presidente a figura do presidente do BNDES, Dílson Funaro, um empresário tocado por um certo messianismo e uma extraordinária auto-confiança.

O sr. Funaro foi posto na Fazenda, ainda sem o aval do PMDB, embora se cercasse de economistas que haviam colaborado na programação do partido que respaldava politicamente a Nova República e que crescentemente se inquietava com a ineficácia da luta antiinflacionária. O PMDB esteve a pique de romper com o governo, ignorando que um grupo de jovens economistas, mobilizados sigilosamente, preparara um plano heterodoxo vendido finalmente ao ministro da Fazenda, o qual, adotado, surpreendeu a nação, conquistando inesperado entusiasmo e confiança nos seus resultados.

O PMDB recuou da sua resistência ao Planalto e, quarenta e oito horas depois de se recusarem seus líderes a comparecer a uma reunião com o presidente, aderiu ao Plano Cruzado que mudou psicologicamente a face do país. Houve uma lua-de-mel do governo com o êxito. A popularidade do presidente, traduzida no batalhão dos *fiscais do Sarney*, encheu de felicidades povo e governo até que sinais inequívocos de desabastecimento e de impraticabilidade do congelamento determinaram o Cruzado II, que devolveu a nação à inflação e ao pessimismo, não sem antes ter propiciado ao PMDB a eleição de 22 governadores estaduais e de folgada maioria na Assembleia Constituinte. O choque heterodoxo fracassou, não se sabe se por erro de execução ou se por mal congênito. Funaro ainda tentaria se recompor com a popularidade mediante a decretação de moratória, quando se haviam esgotado as reservas cambiais para pagar os juros.

O ministro da Fazenda entrou em declínio rápido. O PMDB, rejeitando preferências do presidente, impôs-lhe uma lista de *ministeriáveis*, da qual saiu o nome do professor Bresser Pereira para ocupar o ministério. Foi o auge da influência pemedebista no governo. O professor reiniciou a negociação da dívida externa em nova base e internamente impôs uma convivência de salários e preços. A URP deveria controlar a inflação reduzindo-a paulatinamente com pequeno sacrifício dos salários. Os resultados foram escassos, o governo se desfez do sr. Bresser Pereira, hoje revestido das penas de tucano, e optou por um técnico de origem modesta mas que fora secretário-geral do professor como antes o fora também do ex-ministro Ernane Galvêas.

O sr. Maílson da Nóbrega falou com simplicidade e realismo numa política de feijão com arroz. Negociou aparentemente com êxito um acordo com os credores, comprometendo-se a controlar o déficit público, reduzindo-o este ano a 4% do PIB. O déficit é o responsável pela inflação. Logo, contido, iria promover a redução dos índices. Houve um congelamento por dois meses dos salários mas não dos preços. E a inflação, trabalhada por fatores que os técnicos não identificam com clareza, reaparece como um dragão a assustar um presidente politicamente pacificado com seu mandato de cinco anos e a perspectiva de um final de governo tranqüilo, que lhe restituiria parcialmente a perdida confiança da população.

Aparentemente, o ministro Maílson da Nóbrega não tem alternativas. Ele seguirá seu caminho. Mas empresários, trabalhadores e governo, perplexos, encaram com apreensão o futuro próximo. A Fiesp e a Federação do Comércio de São Paulo propõem-se a promover um pacto social, negociado diretamente entre seus líderes e as lideranças sindicais. Seria objeto de acordo a adoção de um redutor de salários e preços mediante o qual não se eliminaria a inflação mas se eliminaria o risco da hiperinflação. As entidades patronais de São Paulo habitualmente não têm representatividade ampla nem poder de decidir pelo patronato. Os sindicatos também se dividem e se o sr. Medeiros é um bom interlocutor, já o sr. Joaquim dos Santos Andrade, da CGT, é hesitante e o sr. Meneghelli, da CUT, é hostil a propostas de paz.

O governo, aparentemente, está pendente dessa tentativa de pacto. Mas o país confia pouco e olha para o horizonte com crescente inquietação.

*Carlos Castello Branco*